



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

LEI Nº 3.329 DE 17 DE JULHO DE 2025

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de Santa Helena para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA HELENA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:

L E I

CAPÍTULO I

Das Diretrizes Gerais

Art. 1º Fica estabelecido, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais e as específicas para a elaboração e execução da lei orçamentária do Município de Santa Helena para o exercício financeiro de 2026, de conformidade com os princípios estabelecidos na Constituição Federal, na Constituição Estadual no que couber, na Lei Federal n.º 4.320/1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.

CAPÍTULO II

Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias

Art. 2º As diretrizes orçamentárias compreendem a seguinte estrutura:

- I** - Das Diretrizes Gerais;
- II** - Da Estrutura das Diretrizes Orçamentárias;
- III** - Das Receitas;
- IV** - Das Despesas;
- V** - Das Despesas com Pessoal;



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

- VI - Da Gestão Patrimonial;
- VII - Das Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal;
- VIII - Das Metas Fiscais;
- IX - Dos Riscos Fiscais;
- X - Do Orçamento da Administração Direta;
- XI - Dos Fundos Especiais;
- XII - Das Disposições Gerais e Finais.

Art. 3º Para efeito desta Lei entende-se por:

I – programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos previstos no plano plurianual;

II – atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação governamental;

III – projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental; e

IV – operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações governamentais, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em subtítulos, unicamente para especificar, em sua ação governamental, as metas a que se propõe atingir durante a sua execução.

§ 3º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a subfunção às quais se vinculam.

§ 4º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com indicação de suas ações e/ou metas físicas.

Art. 4º A proposta orçamentária discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, as categorias econômicas, os grupos de natureza da despesa e das modalidades de aplicação.

§ 1º As categorias econômicas estão assim detalhadas:

- I - Despesas Correntes; e
- II - Despesas de Capital.

§ 2º Nos grupos de natureza da despesa será observado o seguinte detalhamento:

- I - pessoal e encargos sociais;
- II - juros e encargos da dívida;
- III - outras despesas correntes;
- IV - investimentos;
- V - inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou ao aumento de capital de empresas; e



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

VI - amortização da dívida.

§ 3º Na especificação das modalidades de aplicação será observado, no mínimo, o seguinte detalhamento:

- I - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- II - Transferências a Instituições Multigovernamentais; e
- III - Aplicações Diretas.

Art. 5º A mensagem que encaminhar o Projeto de Lei orçamentária conterá:

I - os poderes e órgãos que integrarão a proposta orçamentária, de forma atender os princípios da unidade e universalidade;

II - a origem das fontes de recursos que financiará o orçamento;

III - a demonstração da distribuição despesa aos órgãos e unidades que compõe a proposta orçamentária;

IV - a demonstração da previsão da despesa por função de governo;

V - a demonstração da previsão da despesa por categoria econômica e por natureza;

VI - a demonstração da previsão de aplicação de impostos e despesa na manutenção e desenvolvimento do Ensino, conforme artigo 212 da Constituição Federal;

VII - a demonstração da previsão dos recursos vinculado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de conformidade com a Emenda Constitucional nº. 53/2006;

VIII - a demonstração da previsão de aplicação de recursos na saúde pública, conforme o disposto na Lei Complementar Federal nº 141/2012.

Art. 6º A proposta orçamentária do Município, consolidando



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

todos os seus poderes e órgãos, incluindo o orçamento fiscal e da seguridade social, compor-se-á de:

- I - mensagem;
- II - Projeto de Lei Orçamentária;
- III - tabelas explicativas da receita e despesas;
- IV - sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções de governo;
- V - quadro demonstrativo da receita e despesa, por categorias econômicas;
- VI - legislação da receita;
- VII - anexo demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com os objetivos e metas constantes do Anexo de Metas Fiscais da LDO;
- VIII - quadros das dotações por órgãos do governo e da administração, na forma dos anexos 6 a 9 da Lei 4.320/64;
- IX - plano de aplicação dos fundos especiais;
- X - descrição sucinta da competência de cada unidade administrativa e respectiva legislação pertinente.

Art. 7º O Orçamento Geral do Município abrangerá a administração direta e indireta do Município, compreendendo os poderes legislativo, executivo e os fundos contábeis.

Art. 8º Na elaboração da proposta orçamentária, as receitas e despesas serão orçadas com valores correntes estimados até 31 de julho de 2025, podendo ser corrigidos com base na previsão do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC do IBGE para o período, ou outro índice que vier substituí-lo.

CAPÍTULO III



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Das Receitas

Art. 9º Na estimativa das receitas, observar-se-ão as normas técnicas e legais, considerará os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de outro fator relevante e será acompanhada de demonstrativos de sua evolução nos exercícios de 2023 e 2024, da previsão de 2025 e da projeção para os exercícios de 2026, 2027 e 2028, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Parágrafo único. A concessão de benefícios fiscais de caráter não geral será considerada na previsão da receita orçamentária de forma assegurar o cumprimento das metas fiscais previstas para o exercício.

Art. 10. A estimativa da renúncia de receita prevista no Anexo de Metas Fiscais deverá ser demonstrada através de anexo próprio na proposta orçamentária, contendo o seguinte:

- I - A margem para concessão de renúncia de receita;
- II - A descrição dos atos legais que fundamentam a renúncia de receita;
- III - Demonstração de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita constante da previsão orçamentária.

Art. 11. No Projeto de Lei orçamentária, o montante previsto para as receitas de operações de crédito não poderá ser superior aos das despesas de capital.

Art. 12. O Poder Executivo, na medida da necessidade, aperfeiçoará a aplicação da legislação tributária, objetivando promover a justiça fiscal do Município e assegurar o cumprimento das metas fiscais.

CAPÍTULO IV



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Das Despesas

Art. 13. A previsão da despesa será orçada segundo os preços e custos correntes, vigentes durante a sua elaboração, e será compatível com as prioridades e metas previstas na presente Lei, em especial o estabelecido no Anexo das Metas Fiscais.

Art. 14. Os critérios para distribuição dos recursos para os órgãos e os poderes do município obedecerão prioritariamente às despesas com pessoal e seus encargos sociais, serviços da dívida, outras despesas de custeio administrativo operacional e precatórios judiciais. Após poderão ser programados recursos ordinários para atender despesas de capital.

Parágrafo único. A previsão orçamentária não conterá dotação destinada a investimentos em obras novas não incluídas no PPA – Plano Plurianual, ou lei autorizativa de sua inclusão, excluída a conservação e adaptação de bens imóveis pertencentes ao Patrimônio Público Municipal.

Art. 15. A proposta orçamentária da administração direta conterá dotação para Reserva de Contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, em percentual não inferior a 1% (um por cento) da receita corrente líquida prevista para o exercício, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único. O saldo orçamentário da Reserva de Contingência quando não utilizado nas finalidades previstas, servirá como recursos para abertura de Créditos Adicionais na forma estabelecida pela Lei Federal nº 4320/64 e demais legislação pertinente em vigor.



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Art. 16. Durante a execução orçamentária os atos que resultarem na criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa não prevista no orçamento exigirá-se o seguinte:

I - Estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário nos exercícios de 2026, 2027 e 2028;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, tenha compatibilidade com o Plano Plurianual e com esta Lei.

Art. 17. As despesas correntes derivadas de leis ou atos administrativos, que fixem para o Município a obrigação legal de sua execução, por um período superior a dois exercícios deverão estar instruídas das exigências estabelecidas no Inciso I do artigo anterior, pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa, acompanhado de comprovação de que não afetará as metas de resultados fiscais.

§ 1º Será considerado aumento de despesa a prorrogação daquela criada por prazo determinado, que ultrapasse um período superior a dois exercícios.

§ 2º Entendem-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101, de 2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites estabelecidos nos artigos 72 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/21.

Art. 18. A Administração Direta do Município, mediante autorização do Poder Legislativo Municipal, é autorizada a promover as alterações e adequações de suas estruturas administrativas, com o objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Parágrafo único. A delegação de competência para ordenar a despesa implicará em responsabilidade total do ordenador delegado, que por sua vez deverá designar para cada contrato firmado pela Administração, um fiscal de sua regular execução.

CAPÍTULO V

Da Despesa Com Pessoal

Art. 19. A Administração Direta obedecerá rigorosamente os limites estabelecidos para as despesas com pessoal, e as seguintes condições:

I - Caso a despesa com pessoal ultrapasse o limite prudencial, ou seja, o percentual de 95% (noventa e cinco por cento) do limite correspondente a cada Poder, até que comprove o retorno nos relatórios fiscais do quadrimestre seguinte, ficam proibidos os seguintes atos:

- a) Conceder qualquer tipo de vantagens que aumente a despesa;
- b) Conceder gratificação a qualquer título;
- c) Aumento salarial, salvo se for em decorrência de sentença judicial, de lei ou contrato, ressalvada a revisão geral anual;
- d) Criar cargo, emprego ou função;
- e) Alterar estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- f) Preencher cargo público;
- g) Admitir ou contratar pessoal a qualquer título, ressalvada para repor servidores que se aposentarem ou falecerem das áreas de educação, saúde e de utilidade pública;
- h) Contratar horas extras;
- i) Conceder promoções e os avanços previstos no plano de carreira;



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

II – Se a despesa total com pessoal de cada Poder ou órgão ultrapassar os limites máximos definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, sem prejuízo das medidas previstas no Inciso I deste artigo, o excedente terá que ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro, adotando-se, entre outras, as seguintes providências:

- a) Redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e função de confiança;
- b) Exoneração dos servidores não estáveis;
- c) Perda de cargo de servidor estável, nos termos e condições estabelecidas na Constituição Federal.

Art. 20. Os Poderes Legislativo e Executivo poderão conceder vantagens ou aumento de remuneração, a criação de cargos e funções ou alteração de estrutura de carreira, a admissão de pessoal a qualquer título, condicionada as seguintes exigências:

I – Comprovação de que a despesa com pessoal não esteja extrapolando limite de alerta, ou seja, o percentual de 90% (noventa por cento) dos limites para cada poder, estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal;

II – Declaração expressa do ordenador de despesa de cada poder, que a projeção da despesa ao longo dos 12(doze) meses não ultrapassará percentual de que trata o inciso anterior;

III – Demonstrativo da estimativa do impacto na previsão orçamentária nos exercícios de 2026, 2027 e 2028, e a origem dos recursos para o custeio da despesa;

IV – Se houver prévia dotação orçamentária ou créditos adicionais suficientes para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, e,

V – Lei específica.



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Parágrafo único. Exclui-se das exigências estabelecidas neste artigo, a despesa obrigatória de caráter continuado decorrente da revisão geral dos servidores, prevista no artigo 37, X, da Constituição Federal, que tem por finalidade a recomposição do poder aquisitivo dos vencimentos defasados em razão da inflação, nos termos do artigo 17, § 6º da Lei de Responsabilidade Fiscal, cuja autorização será estabelecida em lei específica.

Art. 21. Os Poderes Legislativo e Executivo são autorizados a promover as alterações e adequações na legislação de pessoal e nas estruturas dos quadros de pessoal, com objetivo de modernizar e conferir maior eficiência e eficácia nas ações institucionais e na prestação de serviços públicos, desde que observado o que dispõe o artigo 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPÍTULO VI

Da Gestão Patrimonial e das Obras em Andamento

Art. 22. As disponibilidades de caixa do Município, incluindo a administração direta e indireta, serão obrigatoriamente depositadas em instituições financeiras oficiais.

Art. 23. O produto de alienação de bens e direitos que integram o Patrimônio Municipal deverá ser aplicado obrigatoriamente em despesas de capital, de forma a preservar o Patrimônio Público.

Art. 24. Em atendimento ao Parágrafo único do artigo 45 da Lei Complementar n.º 101/2000, os projetos em andamento por ocasião do encaminhamento desta LDO estão especificados no Relatório contido no Anexo desta Lei.

CAPÍTULO VII



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Das Ações de Prioridades e Metas da Administração Pública Municipal

Art. 25. Em consonância com o artigo 165, § 2º, da Constituição Federal, as ações de prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026 são as especificadas no Anexo I que integra esta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º Os valores das prioridades e metas poderão sofrer alterações e a devida adequação quando da elaboração da proposta orçamentária, LOA - Lei Orçamentária Anual para o exercício financeiro de 2026, as quais, em havendo, por ato próprio do Poder Executivo, deverá proceder sua adequação no Plano Plurianual-PPA e na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO.

§ 2º Excepcionalmente, por força da elaboração do novo PPA – Plano Plurianual para 2026 a 2029, o Anexo de que trata o *caput* deste artigo, das prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício financeiro de 2026, será encaminhado ao Poder Legislativo para sua apreciação e aprovação, juntamente com o novo PPA – Plano Plurianual 2026/2029 até 31 de agosto do corrente ano, para atender o princípio da compatibilidade entre os Planos, de acordo com o *caput* do artigo 5º da Lei Federal 101/2000.

CAPÍTULO VIII

Das Metas Fiscais

Art. 26. Nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000, fica estabelecido no Anexo II as Metas Fiscais em conformidade com os Demonstrativos de I a VIII da presente Lei, que compreenderá:

I – Demonstrativo I – Metas Anuais;



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

II – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV – Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI – Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII – Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII – Demonstrativo IX - Memória e Metodologia de Cálculos das Metas Anuais de Receita, Despesa, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Pública.

§ 1º Os valores das metas fiscais devem ser vistos como indicativo e, para tanto, ficam admitidas variações de forma a acomodar a trajetória que as determine até o envio do Projeto de Lei Orçamentária do exercício de 2026 ao Legislativo Municipal.

§ 2º Após a aprovação legislativa da previsão orçamentária, o Anexo II que trata das metas fiscais poderá ser reformulado, mediante lei, objetivando adequar as alterações advindas de mudanças na legislação tributária, financeira e orçamentária que venham ser promovidas pelo Governo Federal no decorrer do exercício, ou resultantes do comportamento da economia nacional, sem prejuízo das metas estabelecidas.

Art. 27. O Poder Executivo demonstrará, em audiência pública perante a Comissão Permanente de Finanças e Orçamento do Poder Legislativo Municipal, até o final dos meses de maio e setembro de 2026 e no mês de fevereiro de 2027, a avaliação em relatórios quadrimestrais das metas fiscais estabelecidas e executadas.



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Art. 28. Durante a execução do orçamento do exercício financeiro de 2026, verificada a redução da receita com potencialidade de afetar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, poderão promover por ato próprio e nos montantes estabelecidos, a limitação de empenhos e movimentação financeira segundo os seguintes critérios:

I – Redução na mesma proporção entre o previsto e a expectativa de receita, nas despesas e transferências, excluídas:

- a)** As de pessoal e seus encargos patronais;
- b)** Ao pagamento dos serviços da dívida;
- c)** As despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do Município (Saúde, Educação, assistência social, precatórios e serviços de utilidade pública);
- d)** As decorrentes de convênios, acordo e ajustes firmados com o Governo Federal e Estadual;
- e)** Das obras em andamento;

II – Vedação de empenhos que se destinem a:

- a)** Início de obras e instalações, inclusive as destinadas a conservação e adaptação de bens imóveis;
- b)** Aquisição de bens imóveis por compra, desapropriação ou dação;
- c)** Aquisição de equipamentos e material permanente, exceto destinado às atividades que constituem obrigações constitucionais;
- d)** Abertura de créditos especiais que envolvam recursos próprios;
- e)** Demais despesas que poderão ser evitadas que não venham causar implicações de ordem legal.

1



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

§ 1º As hipóteses indicadas nas alíneas "a" e "d" do inciso II deste artigo são meramente indicativas, cabendo ao ordenador da despesa decidir sobre aquelas cuja vedação cause menos impacto à população e ao funcionamento de atividades e projetos em execução.

§ 2º No caso de restabelecimento da receita prevista ou do cumprimento das metas fiscais, a execução retornará a normalidade.

CAPÍTULO IX

Dos Riscos Fiscais

Art. 29. As possíveis despesas contingenciais e outros riscos capazes de afetar as contas públicas estão avaliados no Anexo IV que trata dos Riscos Fiscais, em cumprimento ao § 3º do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101/2000.

CAPÍTULO X

Do Orçamento da Administração Direta

Art. 30. O Poder Executivo, mediante autorização do Poder Legislativo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do Município, procederá à seleção das prioridades e metas estabelecidas nesta Lei, a serem incluídas no Projeto de Lei do Orçamento Anual, podendo, se necessário, incluir programas não previstos, desde que financiados com recursos de outras esferas de governo e entidades internas e externas.

Art. 31. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal não poderá ultrapassar os limites do artigo 29-A da Constituição Federal, conforme prevê as Emendas Constitucionais 25 e 58.



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Parágrafo único. Os repasses do Poder Executivo ao Poder Legislativo Municipal, para as despesas com pessoal e subsídios dos vereadores será em consonância com os dispositivos da Lei Complementar nº101 e da Emenda Constitucional nº 25.

Art. 32. O Município aplicará 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos conforme dispõe o artigo 212 da Constituição Federal, na manutenção e desenvolvimento do ensino, devendo aplicar 70% (sessenta por cento) dos recursos provenientes do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, na remuneração dos profissionais que atuam no magistério, profissionais no exercício de funções de suporte pedagógico direto à docência, de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão, orientação educacional, coordenação e assessoramento pedagógico, e profissionais de funções de apoio técnico, administrativo ou operacional, em efetivo exercício de suas atividades na educação básica, conforme estabelece a Emenda Constitucional nº 53/2006 e Lei Constitucional n.º 14.276/2021.

Art. 33. Nas ações e serviços públicos de saúde, o Município aplicará no mínimo o percentual de 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos conforme previsto na Lei Complementar Federal nº 141/2012.

§ 1º Os recursos transferidos pelo Ministério da Saúde para o custeio do Sistema Único de Saúde - SUS, para o desenvolvimento das ações e serviços públicos de saúde não integram o cálculo de que trata este artigo.

§ 2º As ações estratégicas de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, financiados com recursos do Ministério da Saúde, compreendidos o Estratégia Saúde da Família - ESF e outros, que venham a ser criados pelo Ministério da Saúde, poderão ser executados complementarmente através de entidade com personalidade jurídica de direito privado sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

– OSCIP; Organização Social – OS, ou ainda por pessoa jurídica com objeto social pertinente e compatível com a atividade.

Art. 34. A contratação de serviços de consultoria tem por finalidade orientar a execução de atividades para o gabinete e junto aos servidores dos Poderes Legislativo e Executivo ou para desempenho de serviços técnicos necessários ao cumprimento de exigências legais que requerem certo grau de complexidade, publicando-se no órgão oficial do Município, justificativa e o extrato do contrato, em conformidade com a Lei Federal n.º 8.666/93 e Lei Federal nº 14.133/21.

Art. 35. O disposto no § 1º do artigo 18 da Lei Complementar n.º 101/2000, aplica-se exclusivamente para fins de cálculo do limite da despesa total com pessoal, independentemente da legalidade ou validade dos contratos.

Parágrafo único. Não se considera como substituição de servidores e empregados públicos, para efeito do *caput*, os contratos de terceirização relativos à execução indireta de atividades que, simultaneamente:

I – Sejam acessórios, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal dos órgãos da administração direta, na forma da legislação pertinente;

II – Não sejam inerentes a categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal da administração direta, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria extinta total ou parcialmente;

III – Não caracterizem relação direta de emprego.

Art. 36. O Poder Executivo é autorizado celebrar convênios, acordos, ajustes ou congêneres, conforme legislação pertinente, objetivando



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, desde que haja interesse do Município ou alguma forma de ressarcimento.

Art. 37. Os recursos a serem transferidos à Entidades Públicas e Privadas como transferências voluntárias, mediante a assinatura de convênios, acordos, ajustes e congêneres, obedecerão as normas contidas nos artigos 26 e 62 da Lei Complementar nº 101/2000 (LRF), as emanadas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; as exigências contidas no artigo 184 da Lei Federal nº 14.133/21, e demais legislação pertinente em vigor, sendo obrigatória a comprovação de sua aplicação pela entidade beneficiada através da competente prestação de contas.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo a concessão de recursos financeiros deverá ser autorizada por lei específica, bem como estar prevista em dotação do orçamento anual ou através de créditos adicionais.

Art. 38. São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, financeiro e de contabilidade, pelos ordenadores de despesa, que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária e financeira ou sem a previsão efetiva do ingresso de numerário para sua execução.

Art. 39. As autorizações para abertura de créditos suplementares na Lei Orçamentária Anual serão estabelecidas no percentual de até 10% (dez por cento) sobre o valor total da despesa consignada para cada um dos Poderes Executivo e Legislativo, nos termos do artigo 165, § 8º da Constituição Federal, compreendendo o reforço de dotação ou a inclusão de fontes de recursos, respeitada a vinculação das fontes de recursos dentro das respectivas áreas de atuação.



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo Municipal, mediante autorização do Poder Legislativo realizar, durante o Exercício de 2026, transposição, remanejamento ou transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, conforme preceitua o artigo 167, VII, da Constituição Federal.

Art. 40. Poderá o Poder Executivo mediante autorização do Poder Legislativo incluir na Lei Orçamentária, sendo computado para fins do limite de que trata o artigo anterior, a abertura de crédito adicional suplementar, usando as formas previstas no artigo 43, incisos I, II e III da Lei Federal nº 4.320/64 que seguem:

I – O superávit financeiro das fontes de recursos vinculados a convênios e/ou programas com a União e/ou Estado, bem como a fontes vinculadas a educação e saúde, existente no final do exercício imediatamente anterior aquele a que se refere o orçamento;

II – O excesso de arrecadação de fonte de recurso vinculado a convênio e/ou programa com a União e/ou Estado, bem como a fonte vinculada a educação e saúde, previsto ou não na Lei Orçamentária e efetivamente arrecadado no exercício, e que não dependam de crédito adicional especial.

III – O cancelamento de dotações de fontes de recursos ligados a programas federais existentes na Lei Orçamentária, que tenham sofrido alguma mudança durante o exercício e que exige a devida adequação por parte do Executivo Municipal.

Art. 41. Quando da execução orçamentária, nas aberturas de créditos adicionais que promovam alteração de valor no projeto ou atividade, o Executivo Municipal poderá por ato próprio proceder à compatibilização desses com as ações de prioridades e metas constantes dos Planos PPA – Plano Plurianual e LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias vigentes.



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Art. 42. A Procuradoria Jurídica do Município encaminhará a Secretaria de Finanças, até 31 de julho do corrente ano, a relação dos débitos decorrentes de precatórios judiciais a serem incluídos na proposta orçamentária do exercício de 2026, devidamente atualizados, conforme determinado pelo artigo 100, § 1º, da Constituição Federal, especificando:

- I – Número e data do ajuizamento da ação originária;
- II – Número do precatório;
- III – Tipo de causa julgada;
- IV – Data da autuação do precatório;
- V – Nome do beneficiário;
- VI – Valor do precatório a ser pago;
- VII – Data do trânsito em julgado; e
- VIII – Número da vara ou comarca de origem.

CAPÍTULO XI

Dos Fundos Especiais

Art. 43. Os Fundos Contábeis terão contabilidade centralizada na Contabilidade do Executivo Municipal e integrará a proposta orçamentária da Administração Direta, em nível de unidade orçamentária, e conterá plano de aplicação que explicitará:

I – As fontes dos recursos financeiros classificados nas categorias econômicas: Receitas Correntes e Receita de Capital;

II – As aplicações, que serão discriminadas:

a) Os projetos e atividades que serão desenvolvidas através do Fundo;

b) Os recursos destinados ao cumprimento das metas, das ações, classificadas sob as Categorias Econômicas: Despesas Correntes e

1



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Despesas de Capital;

III – Movimentação bancária em conta especial e vinculada ao respectivo Fundo, devidamente separada das demais contas mantidas pelo Executivo Municipal.

CAPÍTULO XII

Das Disposições Gerais e Finais

Art. 44. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do *caput* deste artigo.

Art. 45. A proposta orçamentária do Poder Legislativo será elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Executivo Municipal até a data de 31 de julho de 2025, para compor o Projeto de Lei do Orçamento Geral do Município, nos termos da legislação pertinente e no limite estabelecido pelas Emendas Constitucional nºs. 25/2000 e 58/2009.

Art. 46. A proposta do Orçamento Geral do Município será encaminhada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo até a data de 31 de agosto de 2025, para ser apreciada e deliberada nos termos da legislação em vigor, devendo ser devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa.

Parágrafo único. As emendas ao Projeto de Lei do orçamento anual somente poderão ser aprovadas caso:



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

I – Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com as disposições desta Lei, inclusive com o Anexo de Metas Fiscais;

II – Estejam em consonância com a Lei de Responsabilidade Fiscal, em especial a capacidade orçamentária e financeira do Município;

III – Sejam relacionadas com a correção de erros ou omissões.

Parágrafo único. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado para sanção do Prefeito até o primeiro dia de janeiro do ano de 2026, a programação constante do projeto encaminhado pelo Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar o ato sancionatório.

Art. 47. Resguardada a autonomia dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal, e demais órgãos da Administração Direta e Indireta, incluídos Autarquias, Fundações, Fundos Especiais, deverão utilizar o Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle - SIAFIC, disponibilizado e gerenciado pelo Poder Executivo para a solução tecnológica de informação, conforme consta do Decreto Federal nº 10.540/2020 e de acordo com o Parágrafo Único do artigo 18 do mesmo Decreto.

Art. 48. Até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo tomará as seguintes providências:

I – Estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, nos termos do artigo 8º da Lei de Responsabilidade Fiscal;

II – Desdobrará em metas bimestrais de arrecadação as receitas previstas no orçamento anual, e demais exigências estabelecidas no artigo 13 da Lei de Responsabilidade Fiscal;

III – Determinará o desdobramento da Despesa Orçamentária, de forma a estabelecer o QDD – Quadro de Detalhamento da Despesa Orçamentária.



Município de Santa Helena

Estado do Paraná - CNPJ - 76.206.457/0001-19

Art. 49. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Helena, aos dezessete dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco.

CLADEMAR JOÃO MARASKIN
PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026
METAS ANUAIS

AMF - Tabela 1 (LRF, art 4º, § 1º)

ESPECIFICAÇÃO	2026			2027			2028		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100
RECEITA TOTAL	441.319.130	416.338.802	0,092	477.236.326	424.738.631	0,096	515.320.516	432.678.855	0,101
RECEITA PRIMÁRIA (I)	429.259.364	404.961.664	0,089	464.211.778	413.146.830	0,094	501.254.004	420.868.182	0,098
Impostos, Taxas e C. Melhoria	33.354.588	31.466.592		36.022.955	32.060.302		38.904.791	32.665.652	
Contribuições	3.457.101	3.261.416		3.733.669	3.322.953		4.032.363	3.385.695	
Transferências Correntes	160.943.895	151.833.863		174.431.072	155.243.033		188.290.842	158.094.746	
Demais Receitas Primárias	226.728.131	213.894.463		244.866.381	217.930.207		264.455.691	222.045.081	
Receitas Primárias de Capital	4.775.649	4.505.329		5.157.701	4.590.335		5.570.317	4.677.008	
DESPESA TOTAL	431.523.961	407.098.076	0,090	464.884.400	413.745.461	0,094	501.980.437	421.478.117	0,098
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)	426.480.246	402.339.855	0,089	459.437.189	408.897.462	0,093	459.437.189	416.538.580	0,090
Pessoal e Encargos Sociais	130.002.686	122.644.043		140.402.901	124.958.082		151.635.133	127.317.492	
Outras Despesas Correntes	229.074.494	216.108.013		247.400.454	220.185.523		267.192.490	224.342.981	
Despesas Primárias de Capital	67.403.066	63.587.798		71.633.834	63.753.857		77.269.825	64.878.107	
Restos a Pagar Despesas Primárias	-	-		-	-		-	-	
Resultado Primário (III)= (I-II)	2.779.118	2.621.809	0,001	4.774.589	4.249.367	0,001	41.816.816	4.329.602	0,008
Juros Encargos Variações Ativas (IV)	12.059.767	11.377.138		13.024.548	11.591.801		14.066.512	11.810.673	
Juros Encargos Variações Passivas (V)	829.915	782.938		896.308	797.711		968.012	812.773	
Resultado Nominal (VI)= (III) + (IV - V)	14.008.970	13.216.009	0,003	241.491	214.926	0,000	255.980	214.929	0,000
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Consolidada Líquida	(40.198.046)	(37.922.685)	(0,008)	(42.609.929)	(37.922.685)	(0,009)	(45.166.525)	(37.923.194)	(0,009)
Receitas Primárias Advindas PPP	-	-		-	-		-	-	
Despesas Primárias Advindas PPP	-	-		-	-		-	-	

FONTE: Secretaria de Finanças

O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:			
VARIÁVEIS	2026	2027	2028
PIB do Paraná (variação %)	3,00	3,00	3,00
Inflação Média-Proj. IPCA (%)	4,50	4,50	4,50
Dólar Final	5,80	6,00	6,20
Projeção PIB Paraná - R\$	480.424.098.000	494.836.820.940	509.681.925.568

FONTE: IBGE/IPARDES

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes = Valor Corrente/Índice	
Exercício	Índice
2023	1,0600
2024	1,1236
2025	1,191

Contador
Assinado digitalmente por:
FABRICIA SOUZA DO NASCIMENTO SA
785.427.901-20
31/07/2025 09:10:12
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Prefeito Municipal
Assinado eletronicamente por:
CLADEMAR JOAO MARASKIN
848.990.699-87
31/07/2025 09:38:35



ANEXO DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Tabela III - LRF, art.4º, § 2º Inciso II

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2023	2024	%	2025	%	Referencia 2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total	332.938.382	381.131.299	1,14	383.303.000	1,01	441.319.130	1,15	477.236.326	1,08	515.320.516	1,08
Receita Primárias (I)	317.299.890	372.235.753	1,17	367.654.000	0,99	425.163.577	1,16	459.788.328	1,08	496.476.678	1,08
Despesa Total	353.364.447	360.954.601	1,02	383.303.000	1,06	431.523.961	1,13	464.884.400	1,08	501.980.437	1,08
Despesas Primárias (II)	352.705.350	360.256.044	1,02	369.723.000	1,03	426.480.246	1,15	459.437.189	1,08	496.097.448	1,08
Resultado Primário (I- II)	(35.405.460)	11.979.709	(0,34)	(2.069.000)	(0,17)	(1.316.670)	0,64	351.139	(0,27)	379.230	1,08
Resultado Nominal	1.015.752	(19.508.478)	(19,21)	9.754.239	(0,50)	2.275.361	0,23	2.411.883	1,06	2.556.596	1,06
Dívida Pública consolidada	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	(47.676.924)	(28.168.446)	0,59	(37.922.685)	1,35	(40.198.046)	1,06	(40.198.046)	1,00	(45.166.525)	1,12

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2023	2024	%	2025	%	Referencia 2026	%	2027	%	2028	%
Receita Total	374.089.566	403.999.177	1,08	383.303.000	0,95	416.338.802	1,09	424.738.631	1,02	432.678.855	1,02
Receita Primárias (I)	356.518.157	394.569.898	1,11	367.654.000	0,93	401.097.714	1,09	409.209.975	1,02	416.856.993	1,02
Despesa Total	397.040.293	382.611.877	0,96	383.303.000	1,00	407.098.076	1,06	413.745.461	1,02	421.478.117	1,02
Despesas Primárias (II)	396.299.731	381.871.407	0,96	369.723.000	0,97	402.339.855	1,09	408.897.462	1,02	416.538.580	1,02
Resultado Primário (I- II)	(39.781.574)	12.698.492	-0,32	(2.069.000)	-0,16	(1.242.141)	0,60	312.512	-0,25	318.413	1,02
Resultado Nominal	1.141.299	(20.678.987)	-18,12	9.754.239	-0,47	2.146.567	0,22	2.146.567	1,00	2.146.596	1,00
Dívida Pública consolidada	-	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!	-	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	(53.569.792)	(29.858.553)	0,56	(37.922.685)	1,27	(37.922.685)	1,00	(35.776.118)	0,94	(37.923.194)	1,06

FONTE: Secretaria de Finanças

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

Valor Corrente x Índice

	Índice
2023	1,1236
2024	1,0600
2025	1,0000

Valor Corrente/ Índice

	Índice
2026	1,0600
2027	1,1236
2028	1,1910

Contador
Assinado digitalmente por:
FABRICIA SOUZA DO NASCIMENTO SA
assinado digitalmente 785.427.901-20
31/07/2025 09:10:52
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Prefeito Municipal
Assinado eletronicamente por:
CLADEMAR JOAO MARASKIN
assinado eletronicamente 848.990.699-87
31/07/2025 09:38:53

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 31/07/2025 09:12 - 03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pa886b6dad576e7>



ANEXO DE METAS FISCAIS

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PR

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

(LRF, art 4º, § 2º, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas 2024 (a)	% PIB	Metas Realizadas 2024 (b)	% PIB	Variação	
					Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	346.740.982	0,072	381.131.299	0,079	34.390.317	9,918
Receitas Primárias (I)	343.940.982	0,072	372.235.753	0,077	28.294.771	8,227
Despesa Total	338.819.982	0,071	360.954.601	0,075	22.134.619	6,533
Despesas Primárias (II)	335.319.982	0,070	360.256.044	0,075	24.936.062	7,436
Resultado Primário (III)=(I-II)	8.621.000	0,002	11.979.709	0,002	3.358.709	38,960
Resultado Nominal	(419.204)	(0,000)	(19.508.478)	(0,004)	(19.089.274)	4553,699
Dívida Pública Consolidada	-	-	-	-	-	#DIV/0!
Dívida Consolidada Líquida	(1.145.516)	(0,000)	(28.168.446)	(0,006)	(27.022.930)	2359,017

DESPESAS PRIMÁRIAS (II)

VARIÁVEL	2024	Variação
Projeção PIB Paraná - R\$	480.424.098,000	1,030

FONTE: IBGE/IPARDES



Contador

Assinado digitalmente por:

FABRICIA SOUZA DO NASCIMENTO SA

785.427.901-20

31/07/2025 09:14:20

assinado digitalmente

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.



Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por:

CLADEMAR JOAO MARASKIN

848.990.699-87

31/07/2025 09:40:13

assinado eletronicamente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 31/07/2025 09:14 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/p2685e8b28d0a7>.



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PR						
Metas Anuais para as Despesas - LDO 2026						
TOTAL DE DESPESAS						
CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESA	REALIZADO		BASE	PREVISÃO		
	2023	2024	2025	2026	2027	2028
DESPESAS CORRENTES (I)	289.920.211	296.190.572	305.941.000	359.078.980	387.805.299	418.829.723
Pessoal e Encargos Sociais	112.070.118	101.069.599	113.418.000	130.002.686	140.402.901	151.635.133
Juros e Encargos da Dívida	-	-	5.000	1.800	1.944	2.100
Outras Despesas Correntes	177.850.093	195.120.973	192.518.000	229.074.494	247.400.454	267.192.490
DESPESAS DE CAPITAL (II)	63.444.236	64.764.029	64.477.000	68.232.981	72.530.142	78.237.838
Investimentos	62.785.139	64.065.472	62.787.000	67.014.266	71.213.930	76.816.329
Inversões Financeiras	-	-	1.000.000	388.800	419.904	453.496
Amortização da Dívida	659.097	698.557	690.000	829.915	896.308	968.012
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)			3.900.000	4.212.000	4.548.960	4.912.877
TOTAL (IV) = (I+II+III)	353.364.447	360.954.601	374.318.000	431.523.961	464.884.400	501.980.437
Limite para o Legislativo			8.985.000	9.795.170	12.351.925	13.340.079
Total Despesa Consolidada	353.364.447	360.954.601	383.303.000	441.319.131	477.236.326	515.320.516
DESPESA PRIMÁRIA	352.705.350	360.256.044	369.723.000	426.480.246	459.437.189	496.097.448
DESPESAS PRIMÁRIAS (II)				(0)	0	(0)

II - Metodologia e Memória de Cálculo

Despesas Correntes			Despesas de Capital		
Ano	Valor Nominal	Variação	Ano	Valor Nominal	Variação
2023	289.920.211,00	0	2023	63.444.236,00	0
2024	296.190.572,00	2,16	2024	64.764.029,00	2,08
2025	305.941.000,00	3,29	2025	64.477.000,00	-0,44
2026	359.078.980,20	17,37	2026	68.232.980,59	5,83
2027	387.805.298,61	8,00	2027	72.530.141,76	6,30
2028	418.829.722,50	8,00	2028	78.237.837,70	7,87

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO - SENDO "B" 2023

Memória de cálculo - Variação corrente = $((B7*1,18)+(C7*1,12)+(D7*1,06))/3*1,08$ para projetar 2026 e *1,08 a cada exercício para projetar 2027 e 2028.

Contador

Assinado digitalmente por:
 **FABRICIA SOUZA DO NASCIMENTO SA**
 785.427.901-20
 assinado digitalmente 31/07/2025 09:15:10
 Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por:
 **CLADEMAR JOAO MARASKIN**
 848.990.699-87
 assinado eletronicamente 31/07/2025 09:40:36



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS LDO 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Tabela IV
LRF, art.4º, § 1º, INCISO III

1,00

PATRIMONIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio / Capital	0	0,00%	0	0,00%	0	0,00%
Reservas		0%		0%		0,00%
Resultado Acumulado	1.080.831.808	100,00%	980.144.196	100,00%	984.935.633	100,00%
TOTAL	1.080.831.808	100,00%	980.144.196	100,00%	984.935.633	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2024	%	2023	%	2022	%
Patrimônio						
Reservas						
Lucros ou Prejuízos Acumulados						
TOTAL						

FONTE: Secretaria de Finanças

O Município vem aumentando o Patrimônio Líquido gradativamente ao longo dos períodos.



Contador

Assinado digitalmente por:
FABRICIA SOUZA DO NASCIMENTO SA
785.427.901-20
31/07/2025 09:34:59

Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.



Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por:
CLADEMAR JOAO MARASKIN
848.990.699-87
31/07/2025 09:44:26

assinado eletronicamente

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 31/07/2025 09:35 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSSE <https://c.ipm.com.br/p867272607b8d>.



MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2026
ANEXO DE METAS FISCAIS

MARGEM DE EXPANSÃO DESPESAS OBRIGATÓRIAS CARATER CONTINUADO

Tabela 9

LRF, art.4º, § 2º, Inciso V

EVENTO	VALOR PREVISTO 2026
Aumento Permanente da Receita	R\$ 61.240.481,75
(-) Transferências Constitucionais	R\$ -
(-) Transferências ao FUNDEF	R\$ -
Saldo Final do Aumento Permanente da Receita (I)	R\$ 61.240.481,75
Redução Permanente de Despesa (II)	R\$ 3.590.789,80
Margem Bruta (III) = (I + II)	R\$ 64.831.271,55
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	R\$ 53.137.980,20
Novas DOCC	R\$ -
Novas DOCC geradas por PPP's	R\$ -
Margem Líquida de Expansão de DOCC (III-IV)	R\$ 11.693.291,35

FONTE: Secretaria de Finanças

Para o exercício financeiro de 2026, o Município possui margem líquida para expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado positiva, conforme demonstrado no quadro acima.

Contador

 Assinado digitalmente por:
FABRICIA SOUZA DO NASCIMENTO SA
785.427.901-20
31/07/2025 09:16:36
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Prefeito Municipal

 Assinado eletronicamente por:
CLADEMAR JOAO MARASKIN
848.990.699-87
31/07/2025 09:41:13
assinado eletronicamente



ANEXO DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2026
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

LRF, art.4º, § 1º, INCISO III

RECEITAS REALIZADAS	2024 (a)	2023 (d)	2022
RECEITAS DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
Alienação de Bens Móveis	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	308.580	954.165	1.422.142
TOTAL	308.580	954.165	1.422.142

DESPESAS LIQUIDADAS	2024 (b)	2023 (e)	2022
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DECAPITAL			
Investimentos	647.026	1.901.405	424.379
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVID.			
Regime Geral de Previdência Social	-	-	-
Regime Próprio dos Servidores Públicos	-	-	-
TOTAL	647.026	1.901.405	424.379
	(c) = (a-b)+(f)	(f)=(d-e)+g	(g)
SALDO FINANCEIRO	(287.923)	50.523	997.763

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: O Município tem aplicado em investimentos todo o produto das alienações promovidas durante os exercícios demonstrados.

Contador



Assinado digitalmente por:
FABRICIA SOUZA DO NASCIMENTO SA
 785.427.901-20
 assinado digitalmente 31/07/2025 09:17:11
 Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Prefeito Municipal



Assinado eletronicamente por:
CLADEMAR JOAO MARASKIN
 848.990.699-87
 assinado eletronicamente 31/07/2025 09:41:40

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 31/07/2025 09:17 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pd21186b86e5e6>.



ANEXO II - METAS ANUAIS PARA A RECEITA - SANTA HELENA - PR - LDO 2026

ESPECIFICAÇÃO DA RECEITA							RECEITA REALIZADA		ESTIMADA	RECEITA PROJETADA LDO 2026		
							2.023	2.024	2.025	2.026	2.027	2.028
							(B)	(C)	(D)	(E)	(F)	(G)
1	0	00	00	00	00	RECEITAS CORRENTES	330.537.252	379.255.040	375.303.000	436.543.482	472.078.625	509.750.200
1	1	00	00	00	00	IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÃO MELHORIA	23.457.877	32.034.445	27.446.000	33.354.588	36.022.955	38.904.791
1	1	10	00	00	00	IMPOSTOS	22.664.330	30.188.869	26.066.000	31.746.745	34.286.485	37.029.403
1	1	12	50	00	00	IPTU	1.772.436	2.280.302	2.423.000	2.596.965	2.804.723	3.029.100
1	1	12	53	00	00	ITBI	2.498.527	3.194.797	3.008.000	3.497.369	3.777.159	4.079.331
1	1	13	03	11	01	IRRF - PODER EXECUTIVO	8.997.060	11.588.167	9.530.000	12.130.948	13.101.424	14.149.538
1	1	13	03	11	02	IRRF - PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-
1	1	13	03	41	01	IRRF - OUTROS	1.731.799	4.607.652	3.000.000	3.738.274	4.037.335	4.360.322
1	1	14	51	10	00	ISSQN	7.664.508	8.700.993	8.105.000	9.856.991	10.645.551	11.497.195
						DEDUÇÃO DOS IMPOSTOS		183.042		73.803	79.707	86.083
1	1	20	00	00	00	TAXAS	793.547	1.845.576	1.380.000	1.607.843	1.736.470	1.875.388
1	1	21	01	00	00	TAXA DE INSPEÇÃO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO	368.801	420.099	580.000	547.379	591.169	638.462
1	1	22	01	00	00	TAXA PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM GERAL	424.746	1.425.477	800.000	1.060.464	1.145.302	1.236.926
										-	-	-
1	1	30	00	00	00	CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIAS	-	-	-	-	-	-
1	1	31	53	00	00	CONTRIBUIÇÃO MELHORIAS - PAV. E OBRAS				-	-	-
										-	-	-
1	2	00	00	00	00	CONTRIBUIÇÕES	2.085.698	3.253.514	3.300.000	3.457.101	3.733.669	4.032.363
1	2	41	50	00	00	CONTRIBUIÇÃO ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.085.698	3.253.514	3.300.000	3.457.101	3.733.669	4.032.363
										-	-	-
1	3	00	00	00	00	RECEITA PATRIMONIAL	182.386.191	196.708.056	201.709.000	233.762.497	252.463.496	272.660.576
1	3	11	01	10	00	ALUGUEIS E ARRENDAMENTOS	4.458	-	260.000	101.110	109.199	117.934
1	3	21	01	00	00	REMUNERAÇÃO DEPÓSITO BANCÁRIO	14.496.524	7.397.780	7.649.000	12.059.767	13.024.548	14.066.512
1	3	45	03	00	00	COMP. FIN. EXPLORAÇÃO REC. HIDRICOS	167.885.209	189.310.276	193.800.000	221.601.620	239.329.750	258.476.130
										-	-	-
1	4	00	00	00	00	RECEITA AGROPECUÁRIA						
1	5	00	00	00	00	RECEITA INDUSTRIAL						
1	6	00	00	00	00	RECEITA DE SERVIÇOS	134.203	107.224	317.000	221.209	238.906	258.019
1	6	90	00	00	00	OUTROS SERVIÇOS	134.203	107.224	317.000	221.209	238.906	258.019
										-	-	-
1	7	00	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	118.518.792	143.359.054	138.351.000	160.943.895	174.431.072	188.290.842
1	7	10	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO E SUAS ENTIDADES	45.759.496	56.775.021	56.957.000	64.065.114	69.801.988	75.291.431
1	7	11	51	11	00	COTA PARTE FPM - COTA MENSAL PRINCIPAL	35.282.456	40.667.183	46.200.000	49.014.915	52.936.109	57.170.997
1	7	11	51	10	D	COTA PARTE FPM - PRINCIPAL DEDUÇÃO FUNDEB	(7.056.491)	(8.133.437)	(9.240.000)	(9.802.983)	(10.587.222)	(11.434.199)
1	7	11	51	20	00	COTA PARTE FPM - COTAS EXTRAORDINÁRIAS	3.473.253	4.199.361	3.080.000	4.343.948	4.691.464	5.066.781
1	7	11	52	01	00	COTA PARTE ITR - PRINCIPAL	285.730	339.426	285.000	366.991	396.350	428.058
1	7	11	52	01	D	COTA PARTE ITR - PRINCIPAL DEDUÇÃO FUNDEB	(57.146)	(67.885)	(57.000)	(73.398)	(79.270)	(85.612)
1	7	12	00	00	00	TRANSF. COMP. EXPL. REC. NATURAIS	787.958	851.638	1.153.000	1.118.090	1.207.537	1.304.140
1	7	13	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS RECURSOS - SUS	6.420.092	9.682.056	7.546.000	9.510.614	10.271.463	11.093.180
1	7	14	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS RECURSOS - FNDE	2.649.344	2.848.132	2.650.000	3.285.048	3.547.852	3.831.680
1	7	15	00	00	00	TRANSF COMPLEMENTAÇÃO UNIÃO AO FUNDEB		2.171.331	2.200.000	1.715.001	2.463.866	2.566.259
1	7	16	00	00	00	TRANSFERÊNCIAS RECURSOS - FNAS	453.190	484.352	440.000	555.710	600.167	648.180
1	7	17	00	00	00	OUTRAS TRANSF DE CONVÊNIOS. DA UNIÃO	-	-		-	-	-
1	7	19	00	00	00	OUTRAS TRANSF DE RECURSOS. DA UNIÃO	3.521.110	3.732.864	2.700.000	4.031.178	4.353.673	4.701.966



ANEXO DE METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2026
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

LRF, art.4º, § 2º, Inciso V

SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
	TRIBUTOS/CONTRIBUIÇÃO	2026	2027	
Anistia e Outros Benefícios	IPTU	-	-	Não há Lei Municipal vigente de benefícios que impliquem em renúncia de receita para 2026.
	ITBI	-	-	
	ISSQN	-	-	
	Taxas	-	-	
	Contribuição de Melhoria	-	-	
	Contribuição a COSIP	-	-	
TOTAL		-	-	-

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota: não há estimativa de renúncia de receita para 2026 e posteriores, se vier a ser criado algum incentivo oportuno deverá ser acompanhado por estimativa e compensação da renúncia.

Contador

Assinado digitalmente por:
 **FABRICIA SOUZA DO NASCIMENTO SA**
assinado 785.427.901-20
digitalmente 31/07/2025 09:18:35
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Prefeito Municipal

Assinado eletronicamente por:
 **CLADEMAR JOAO MARASKIN**
848.990.699-87
assinado 31/07/2025 09:43:30
eletronicamente



ANEXO DAS METAS FISCAIS
MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO 2026
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

ARF (LRF, art 4º, § 3º)

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
- Demandas Judiciais	900.000,00	- Reserva de Contingência	900.000,00
- Dívidas em Processo de Reconhecimento	-	- Não há Risco	-
- Avais e Garantias Concedidos	-	- Não há Risco	-
- Assunção de Passivos	-	- Não há Risco	-
- Assistências Diversas	200.000,00	- Reserva de Contingência	200.000,00
- Outros Passivos Contingentes	200.000,00	- Reserva de Contingência	200.000,00
SUBTOTAL	1.300.000,00	SUBTOTAL	1.300.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
- Frustração de Arrecadação	-	- Não há Risco	-
- Restituição de Tributos a Maior	250.000,00	- Superávit Primário Estimado	250.000,00
- Discrepância de Projeções	1.000.000,00	- Limitação de Empenhos	1.000.000,00
- Outros Riscos Fiscais	250.000,00	- Superávit Primário Estimado	250.000,00
SUBTOTAL	1.500.000,00	SUBTOTAL	1.500.000,00
TOTAL	2.800.000,00	TOTAL	2.800.000,00

FONTE: Secretaria de Finanças

Nota - No que tange aos riscos fiscais acima demonstrados, para cobertura dos mesmos existe lastro suficiente conforme pode-se observar no demonstrativo.

Reserva de Contingência	4.212.000,00
Superávit Primário Previsto	(1.316.669,64)
Limitação Empenhos LRF/LDO	1.000.000,00

Contador



Assinado digitalmente por:
FABRICIA SOUZA DO NASCIMENTO SA
 785.427.901-20
 31/07/2025 09:19:11
 Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-Brasil.

Prefeito Municipal



Assinado eletronicamente por:
CLADEMAR JOAO MARASKIN
 848.990.699-87
 31/07/2025 09:43:47

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 31/07/2025 09:19 -03:00 -03
 PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/p825d7646881b>.

